



GUAIRACÁ REVISTA DE FILOSOFIA

UTILITARISMO, ALTRUÍSMO EFICAZ E POLÍTICA

ALCINO EDUARDO BONELLA¹

Resumo: Neste trabalho apresento e analiso aspectos de três temas correlacionados: (1) o altruísmo eficaz (AE), como exemplo prático do utilitarismo global; (2) a chamada objeção sistêmica a ambos; (3) o ideal de engajamento político eficaz. No primeiro tema apresento o AE como uma forma de ética prática e de movimento social que articula um dever pessoal de assistência com a exigência de avaliação do custo-efetividade de intervenções sociais, ao lidar com desafios como a pobreza extrema, o sofrimento dos animais e o aquecimento global. O AE, ainda que possa receber apoio de outras teorias morais, instancia os componentes consequencialista, bem-estarista e agregacionista, que caracterizam o utilitarismo, sem deixar, todavia, de incorporar o devido reconhecimento às perspectivas deontológica e das virtudes, geralmente vistas, equivocadamente, como antagônicas ao ideal da promoção do maior bem. No segundo tema, apresento e analiso a chamada objeção sistêmica: antes do que beneficência, precisaríamos de engajamento político coletivo contra a ordem socioeconômica vigente, para se atacar causas sistêmicas da pobreza e dos problemas ambientais, atentos, por isso, aos efeitos negativos da assistência no desenvolvimento social local de longo prazo. Várias respostas à objeção são apresentadas. O terceiro tema é um esboço de desenvolvimento de aspectos políticos para o AE, que combina propostas de participação política (como endossado por teorias

1. Professor Titular, Instituto de Filosofia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU)/CNPq. Email: abonella@ufu.br

republicanas da democracia) e de deliberação pública razoável (como endossada por teorias liberais), para o engajamento e ativismo cívicos, uma resposta indireta e construtiva à objeção sistêmica, que se acrescenta às respostas anteriores. Sobre estes aspectos sobrevém, todavia, o desafio de reconhecer e lidar com nossa irracionalidade política, desafio que pode ser dirigido tanto às propostas de engajamento político, quanto ao utilitarismo e ao altruísmo eficaz, eles próprios.

Palavras-chave: Utilitarismo global, Altruísmo Eficaz, Objeção sistêmica, Participação política

UTILITARIANISM, EFFECTIVE ALTRUISM AND POLITIC

Abstract: In this paper, I present and analyze aspects of three related themes: (1) effective altruism (EA) as a practical example of global utilitarianism; (2) the so-called *systemic objection* to both; and (3) the ideal of effective political engagement. In the first theme, I present EA as a form of practical ethics and social movement, that articulates the individual duty of assistance with the requirement to evaluate the cost-effectiveness of social interventions, when dealing with challenges such as extreme poverty, animal suffering and global warming. EA, even though it may receive support many other moral theories, incorporates the three components that characterize utilitarianism, *consequentialism*, *welfarism* and *aggregationism*, while expressing the due recognition of deontological and virtue perspectives, generally seen mistakenly as antagonistic to the greatest benefit ideal. In the second theme, I present and analyze the systemic objection: rather than beneficence, we would need collective political engagement against the prevailing socioeconomic institutions, in order to attack systemic causes of poverty and environmental problems, especially paying attention to the side effects of the assistance on the long-term local social development. Several responses to the objection are presented. The third theme is an outline of political aspects appropriate to EA, one that combines proposals of political participation (as endorsed by republican theories of democracy) and reasonable public deliberation (as endorsed by liberal theories) of the civic engagement and activism. This political counterpart is also an added indirect and constructive response to the systemic objection. On these aspects, however, supervenes the challenge of recognizing and dealing with our political irrationality, a challenge that can be addressed both to proposals for political engagement, as well as to Utilitarianism and EA, themselves.

Keywords: Global utilitarianism, Effective altruism, Systemic objection, Political participation

1- UTILITARISMO GLOBAL E ALTRUÍSMO EFICAZ

1.2 UTILITARISMO E SOFRIMENTO: O DEVER DE BENEFICÊNCIA

Será que temos, eu e você, qualquer dever de ajudar os que estão na pobreza extrema? Provavelmente sim. Para esclarecer por que, podemos pensar no experimento de pensamento da criança se afogando, proposto por Peter Singer, filósofo utilitarista contemporâneo. Trata-se de imaginar que no caminho a pé entre o lar e o trabalho passamos por um pequeno lago, raso e lamacento, e nos deparamos com uma criança a se debater dentro dele, com alto risco de se afogar. Não vemos ninguém cuidando da criança, é razoavelmente fácil e seguro pular no lago e salvar a criança, e é certo que se fizermos isso, estragaremos a roupa que compramos especialmente para este dia e teremos de cancelar a manhã de trabalho. O que você pensa que deve fazer? Provavelmente pensa que deve pular no lago e salvar a criança.

Mesmo quando variamos aspectos deste cenário imaginário, nossa tendência é manter a mesma resposta. Não fará diferença em nossa resposta se outras pessoas estão por perto observando e não fazem nada, ou se há alguma incerteza sobre o resultado de não fazer nada, ou se há mais crianças morrendo de afogamento no resto do país e nossa ação não terá impacto estatístico significativo no problema como um todo. Também não parece que fará diferença se a criança não é de nosso país. A intuição inicial, que temos o dever de salvar a criança, permanece.

Além dessa intuição, um pensamento que pode vir à tona é que a vida de uma criança vale muito mais do que as roupas, ou que o cancelamento da manhã de trabalho. Peter Singer sugeriu que um argumento, o *argumento do dever de ajudar*, expressa mais claramente a intuição e este pensamento, e ele o formulou assim:

Premissa 1: Se podemos impedir algo de ruim, sem sacrificarmos nada de [moralmente] comparável, então devemos fazê-lo.

Premissa 2: A pobreza absoluta é ruim.

Premissa 3: Há uma parcela de pobreza absoluta que podemos impedir, sem sacrificarmos nada de moralmente comparável.

Conclusão: Logo, devemos impedir uma parcela da pobreza absoluta. (Singer 2011: 200)

A intuição do salvamento, o pensamento do valor da vida da criança e o argumento acima podem ser extrapolados da ficção à vida real. Há no mundo real milhões de crianças em situação bastante similar, ou seja, sob alto risco de morrer. Nós também estamos em uma situação bastante similar ao do caso fictício. Milhões de crianças reais morrem precocemente de causas facilmente evitáveis, relacionadas à pobreza extrema, a grande maioria delas nos países mais pobres do mundo,

e nós - e a maior parte das pessoas que não estão sofrendo na pobreza - podemos salvar ao menos algumas destas crianças sem sacrificar senão parte do que usamos para gastos pessoais, nenhum de valor comparável à vida destas crianças. Basta que doemos dinheiro a organizações altamente eficazes em diminuir a pobreza absoluta e, com isso, salvar pessoas sob risco de morte precoce ou agravos sérios à saúde. Singer sugeriu então outro argumento, o *argumento da doação*:

Premissa 1: O sofrimento e a morte por causa da falta de comida, abrigo e assistência médica, é ruim.

Premissa 2: Se está em nosso alcance impedir que algo de ruim aconteça, sem sacrificarmos nada de tão importante, então é errado não o fazer.

Premissa 3: Pela doação a organizações de assistência, você pode impedir sofrimento e morte por causa de falta de comida, abrigo e assistência médica, sem sacrificar nada de tão importante.

Conclusão: Logo, se você não doa a organizações de assistência, você está fazendo algo de errado. (Singer 2009: 15-16)

Há outras formas de impedir uma parcela de pobreza extrema no mundo. Podemos renunciar ao modo de vida que temos e entrar em uma comunidade que trabalhe diretamente com os doentes mais carentes, em algum país muito pobre do mundo, ou podemos doar dinheiro a pessoas carentes em nosso bairro ou nosso país. Há também outras causas que se referem a sofrimento e morte que não relacionadas a pobreza extrema ou ao desenvolvimento global, como ajudar a financiar hospitais que tratem o câncer ou busquem a cura de doenças raras e sem cura. Porém, recentemente sabemos da possibilidade de ajudar, com uma mesma quantidade de recursos, uma quantidade muito maior de crianças do que se imagina frequentemente, se escolhermos a causa e a instituição de ajuda corretas. Se pensamos na magnitude do dano e do sofrimento envolvidos, algumas causas - e algumas ações - são mais urgentes de atenção, do que outras. Assim, novamente, a doação (e não outras formas de ajudar) a organização altamente impactantes na redução da miséria continua, ou se torna claramente, o modo mais desafiador e concreto de ajudar.

Mas há outras causas relacionadas a sofrimento. Peter Singer endossou, em sua obra, além da atenção à pobreza extrema, a atenção ao sofrimento dos animais e à degradação do meio ambiente, especialmente àquele relacionado ao aquecimento global provocado por nós, seres humanos. A razão principal destas causas serem importantes é a quantidade de sofrimento e dano envolvidos, além da oportunidade de promovermos grande soma de benefícios, sem nos prejudicar significativamente, caso nos dediquemos a elas. Tais causas, juntas da diminuição da pobreza

global, encontram-se, de fato, interligadas, uma incidindo sobre a outra, direta ou indiretamente.²

Sobre o engajamento individual contra a pobreza, dado que em torno de metade das pessoas no planeta são significativamente pobres e sofrem alguma necessidade de bens básicos (o que chama-se hoje de pobreza multidimensional), podemos suspeitar que transferir recursos diretamente para tais pessoas provavelmente já faria maior bem do que se gastarmos o mesmo valor apenas conosco – ou com membros de nossa família, ou da população dos países mais ricos. Também podemos afirmar, com segurança, que se doarmos regularmente de nossos recursos a organizações eficazes de combate à pobreza absoluta, pobreza que ainda afeta em torno de dez por cento da população mundial, e significa a extrema falta de condições para sobreviver dignamente, estaremos promovendo um grande benefício em termos de vidas humanas salvas da morte precoce ou anos de vida com saúde acumulados nesta população. Se consideramos que muitos de nós viveremos ainda muito bem, agora ou no futuro, com o recurso que nos sobrar, e que o valor da vida e do bem-estar humanos envolvidos é importante, então a possibilidade de doar se torna uma questão ética: diminuir a pobreza extrema passa a ser como que um dever.

Sobre os animais, precisamos considerar que há dezenas de bilhões, se computamos mamíferos, aves e peixes, que são abatidos precocemente na indústria alimentar, muitos criados em regime de confinamento (como a quase totalidade de frangos e a maioria dos porcos, no caso do Brasil), um confinamento que causa sofrimento e danos mais significativos, e tende a se generalizar a outros animais de criação, como o gado. Se também consideramos que podemos nos alimentar de forma mais saudável sem o consumo de animais, temos também uma questão ética séria: se temos alternativa de não causarmos este sofrimento, então devemos adotá-la. Diminuir ou eliminar o consumo de animais torna-se, então, e novamente, como que um imperativo ético, pois se trata de diminuir ou evitar danos e sofrimento desnecessários, causados por nós, a animais não-humanos. Daí então tanto o desafio quanto a oportunidade do vegetarianismo, como modo de nos alimentar (e do veganismo, que, além da alimentação vegetariana, incorpora um estilo de vida não danoso mais amplo do que a alimentação).

2. Um exemplo: um estilo de vida sem o uso de produtos provenientes da exploração de animais não só contribui com a diminuição de sofrimento animal, como também diminui a contribuição danosa às mudanças climáticas, que afetarão com mais impacto as pessoas mais pobres do planeta. O metano liberado pela pecuária é um poderoso agravante do efeito estufa. Modificações na dieta ocidental padrão também contribuem para maior disponibilidade de vegetais para a alimentação humana já que hoje a maior parte dos grãos é usada na alimentação de animais de abate, a maioria consumidos pelos mais ricos do planeta. (Cf. Relatórios e referências de *Dietary Impact*, in <https://animalcharityevaluators.org/research/dietary-impacts/>. Para dados e ciência do aquecimento global, cf. Broome 2012, especialmente capítulos 2, 3 e 9.

Por fim, quanto ao aquecimento global, o desafio ético se revela na medida em que as mudanças climáticas resultantes geram e gerarão aumento de enchentes e doenças tropicais, em alguns lugares, ou de secas e rupturas da agricultura, em outros, a maior parte prevista para os países mais pobres do mundo, algo que já causa e causará aumento de mortes e de agravos à saúde para milhões de seres humanos e animais, dependendo do aumento da temperatura nas próximas décadas. Em todas estas frentes estamos individualmente envolvidos de algum modo, e podemos fazer alguma diferença significativa e positiva na vida de muitas pessoas, ou seja, mitigar o seu sofrimento e mal-estar. Também podemos eliminar ou diminuir (ou, ao menos, compensar) uma parte do dano que causamos aos animais e a outros seres humanos, e do qual somos responsáveis ou cúmplices, ao simplesmente ignorarmos o problema. Daí advém as dimensões ética e epistêmica especiais neste tipo de reflexão e de foco.

Como mamíferos sociais com cérebros maiores, desenvolvemos, como espécie, tendências cooperativas e altruístas, que são mais estruturadas e reforçadas, ou não, de acordo com o ambiente e a educação que recebemos. Da combinação destas tendências comportamentais com as capacidades reflexivas que também se desenvolveram, muitos dos pensadores morais de nossa espécie sugeriram e elaboraram o que pode chamar de um ponto de vista abrangente ou imparcial, ou universal, para se pensar e debater sobre a conduta de uns para com os outros, um ponto de vista que se pode adotar como criatura inteligente e sociável, para avaliar e deliberar sobre ações, regras ou políticas públicas. Essas nossas capacidades racionais, além de introduzir este ponto de vista ético especial, também joga um papel crucial em nossa vida prática, ao introduzir a possibilidade de otimizarmos a promoção de benefícios, ou seja, de promovermos o *maior bem possível*, com os recursos que usamos ou pretendemos usar para melhorar o mundo. Neste quadro que se pode chamar de utilitarista, a beneficência não é mais apenas um tipo de benevolência ou caridade opcional, ou algo relacionado com ideias de perfeição ética, para apenas alguns de nós, mas, e novamente, torna-se como que um imperativo ético para todos.³

3. A disposição de salvar ou melhorar a vida de terceiros incorpora uma longa tradição filosófica acerca da ética, realizada, ecleticamente, em três componentes fundamentais: não causar danos (componente deontológico ou de dever estrito), promover o bem (componente teleológico ou de dever amplo) e viver virtuosamente em comunidade (componente social ou comunitário de harmonia entre o indivíduo e a coletividade). Apesar destes três componentes estarem presentes, em maior ou menor grau, no senso moral comum, e ser parte da experiência social acumulada e ainda em desenvolvimento, eles foram desenvolvidos em certas abordagens filosóficas principais que lidam com a ética de maneira mais direta e sistemática (a abordagem das virtudes é aristotélica, a de maximização do bem, utilitarista, e a de restrições relacionadas a evitar causar danos, deontológica). O altruísmo eficaz realiza um modo interessante e coerente de união dos três componentes, e por isso se pode dizer que pode receber apoio de todas essas teorias morais específicas, ainda que tenha aspectos eminentemente utilitaristas.

1.3 UTILITARISMO E RACIONALIDADE: O DESAFIO DA AVALIAÇÃO DO CUSTO-EFETIVIDADE

A imparcialidade, mobilizada em nossos raciocínios morais e em nossa racionalidade prática em geral, explica parte do ideal de maior beneficência possível, ideal que também pode ser chamado genericamente de altruísmo. A racionalidade joga papel crucial ao produzir conhecimento objetivo do mundo, especialmente dos efeitos de nossas ações nele, e relacionar tal conhecimento com a avaliação e a tomada de decisões. À uma junção sistemática de altruísmo com racionalidade chama-se hoje altruísmo eficaz (AE). Este segundo papel da racionalidade se realiza especialmente na utilização do raciocínio e de dados empíricos variados, além da literatura científica disponível (especialmente presente no que se chama revisão sistemática de literatura científica), aplicados na compreensão, análise e avaliação de problemas sociais e de condutas ou políticas que podemos adotar para enfrentá-los adequadamente.

O altruísmo eficaz é um movimento nascido essencialmente no meio acadêmico e filosófico, e em organizações não-governamentais de beneficência (filantropia). Peter Singer foi uma das principais figuras em sua formação, em razão de seus escritos sobre ética prática e da criação da organização e *site* eletrônico *The Life You Can Save*, após a publicação, em 2009, do livro com o mesmo nome, atualizado na edição de 2019. No livro e no *site* se sugere e estimula a adoção de uma cultura pessoal de doação individual, a partir de um certo percentual da própria renda, e segundo uma escala que varia conforme o que se recebe (escala em que o patamar da maior parte das pessoas de classe média mundial ficará entre 1 e 5%), a organizações seriamente avaliadas como as altamente eficazes no combate à pobreza extrema, após pesquisa e monitoração de sua atuação e resultados, divulgadas no *site* em uma lista na lista de organizações e causas para se doar.

Outras “comunidades” similares à *The Life*, e que são parte do movimento do AE, ou estão intimamente relacionadas com ele, são: a *Give Well*, que faz avaliação criteriosa de intervenções contra a pobreza; a *Giving What We Can*, com proposta similar à de Peter Singer, mas em que o patamar de doação é de no mínimo 10% da renda própria, e o foco não se reduz apenas ao combate à pobreza, mas também dos riscos existenciais à espécie; a *80.000 hours*, dedicada a avaliar e orientar escolhas de carreiras que sejam as mais eficazes em promover o maior bem, a jovens que queiram ser altruístas eficazes; a *Animal Charity Evaluators*, que lida com avaliação de intervenções e organizações relacionadas à diminuição do sofrimento animal.⁴ Em todas encontramos listas de organizações ou intervenções avaliadas pela sua

4. Ver: <https://www.thelifeyoucansave.org>, <https://www.givingwhatwecan.org>, <https://80000hours.org>, <https://animalcharityevaluators.org>.

eficácia em salvar o maior número de vidas ou de promover o maior benefício em termos de anos de vida com saúde.

O *Center for Effective Altruism*⁵ foi criado para apoiar e otimizar o movimento como um todo, e no seu *site* podemos encontrar as ideias centrais, literatura científica e ética atualizada, sugestões práticas, informações sobre as várias organizações do movimento e as organizações eficazes de beneficência, enfatizando-se a junção entre a disposição para ajudar a diminuir o sofrimento e os danos no mundo (o que Singer chama de o *coração* da atitude altruísta) e o conhecimento científico e a racionalidade prática como meios para fazer isso de modo eficaz (o que ele chama de a *cabeça*, para, parafraseando Kant, sugerir que o coração, sem a inteligência, é cego, e a inteligência, sem o coração, inerte). O Altruísmo Eficaz é “um campo de pesquisa que usa evidência de alta qualidade e raciocínio cuidadoso para descobrir como ajudar os outros tanto quanto possível. É também uma comunidade de pessoas que levam a sério as respostas encontradas, focando seus esforços nas soluções mais promissoras para os problemas mais prementes do mundo”.⁶

A ideia chave, em princípio, é muito simples: temos de nos questionar se as ações que fazemos ou pretendemos fazer realmente têm os efeitos que pensamos ter, e o melhor teste é o experimento randomizado e controlado, similar ao método que se usa nas pesquisas clínicas: grosso modo, divide-se uma amostra adequada de certa população, a ser alvo de uma dada intervenção, em dois grupos; então um grupo recebe a intervenção em análise (suponha, recebe dinheiro diretamente), e o outro, em condições similares, não a recebe, ou recebe a intervenção tradicional (suponha, recebe diretamente alimentos e roupa, no lugar de dinheiro); depois coleta-se e compara-se os resultados obtidos. Pode ser que a intervenção nova funcione melhor do que a tradicional, pode ser que não; pode ser funcione apenas um pouco melhor ou muito melhor. Quem vai dizer o que ocorreu é a análise dos dados, que devem ter sido coletados de maneira cega (sem que os pesquisadores soubessem quem recebeu qual intervenção), se possível. Com isso se descobrem intervenções que são as mais custo-efetivas, comparativamente.

Outros modos de avaliar as intervenções são possíveis e necessárias, dado que ainda é difícil realizar este tipo de experimento, mas, de fato, vários estudos deste tipo, são levados a cabo, por exemplo, por pesquisadores da *Innovations for Poverty Action*, um laboratório de pesquisa. Pesquisas com grupo controle, ou similares, realizadas em partes da África, Ásia e América Latina, confirmam, até o momento, que transferências diretas de dinheiro à famílias vulneráveis melhora mais

5. Ver: <https://www.centreforeffectivealtruism.org>. Veja também: <https://www.effectivealtruism.org>, e, em português, <https://altruismoeficaz.com.br>, criado e mantido por membros de língua portuguesa.

6. Cf. <https://www.effectivealtruism.org/articles/introduction-to-effective-altruism/>, consulta em 15/09/2020.

significativamente a saúde e a educação infantis, levando a aumento (e manutenção, em patamar mais alto) da renda familiar. Um estudo randomizado e controlado de larga escala feito no Kênia, por exemplo, encontrou que, com a transferência, a renda cresceu em média 34%, as posses da família, 52%, e as crianças ficaram menos 42% de dias sem comida.⁷ Como base em tais estudos se estruturam programas de transferência como o desenvolvido pela organização *Give Directly*, em que, para as famílias do Kênia, 91% da doação que alguém fizesse (em dados de 2018) chegavam diretamente às pessoas mais pobres envolvidas.

Além de levar a sério o objetivo de melhorar realmente a vida das pessoas (e não só se imaginar que se está fazendo isso, um viés cognitivo comum em quem se engaja com ajuda aos outros, ou com a política), este tipo de questionamento e análise, numa situação em que se pode salvar ou perder vidas humanas sob risco, possui natureza primordialmente ética: não adotar o curso de ação mais eficaz implicaria em perder mais vidas ou muito mais anos de vida, e, então, a preocupação com a análise do custo-efetividade envolve decisões de vida e morte para pessoas concretas, ainda que desconhecidas. Pesquisas sobre políticas de saúde em países em desenvolvimento, por exemplo, indicam a eficácia comparativa entre várias intervenções, e servem para orientar a priorização de causas na aplicação dos recursos da saúde pública. Por exemplo, a política menos eficaz para se combater a disseminação da AIDS, o tratamento cirúrgico para sarcoma de Kaposi, gera menos de 0,1% do valor (medido em anos de vida ajustados pela incapacidade, *DALYs*), quando comparada com a mais eficaz, a educação para grupos de alto risco, em torno de 1.400 vezes mais eficaz. A simples distribuição de preservativos é centenas de vezes mais eficaz do que a distribuição dos remédios antirretrovirais.⁸

O destaque a ser feito aqui é que uma diferença tão grande no resultado esperado, no caso de muitas intervenções, tornará a recusa em priorizar de acordo com o custo-efetividade, um tipo de omissão de socorro, e também de transferência de recursos às avessas, ou seja, se retira dos mais necessitados para se investir nos menos, ou se retira de um grupo muito maior em favor de um muito menor. Uma lição importante é que o critério de custo-efetividade, usado no AE como critério central para avaliar intervenções de desenvolvimento global, é tão ou mais importante na avaliação e deliberação de políticas públicas, adotadas pelos governos, com uso de recursos arrecadados por impostos.⁹

7. Cf. http://www.princeton.edu/haushofer/publications/Haushofer_Shapiro_UCT_QJE_2016.pdf. Para mais estudos sobre transferência direta de dinheiro, ver o relatório e as referências em: <https://www.givedirectly.org/research-on-cash-transfers>.

8. Jamison et al. 2006, informações compiladas por Toby Ord (2013).

9. Para uma aplicação da ética do custo-efetividade ao problema da assim chamada judicialização da saúde pública, veja Bonella 2018.

Na citação abaixo, do filósofo Toby Ord, destaca-se esta dimensão essencialmente ética do tema:

Algumas pessoas não veem o custo-efetividade como um problema ético, afinal de contas, dado que é algo árido demais, se parece mais com uma questão de mera implementação. Isto é um equívoco. As pessoas que decidem como gastar o orçamento da saúde têm em suas mãos as vidas ou meios de vida de muito mais pessoas. Elas estão literalmente fazendo decisões de vida e morte, e a maioria das decisões deste tipo dão, o que é algo dramático, insuficiente consideração ao custo-efetividade de suas decisões. Como resultado, milhares, ou milhões, de pessoas, que de outro modo viveriam, morrem. Poucos são salvos às custas de muitos. Isso ocorre mais por ignorância do cenário do custo-efetividade do que por preconceito, mas é igualmente tão sério quanto se o fosse. (Ord 2013: 05)

2- OBJEÇÃO SISTÊMICA E CRÍTICA INSTITUCIONAL

Há várias objeções endereçadas ao altruísmo eficaz. Jason Gabriel (2017) organizou as críticas principais em torno de três grupos de problemas: a) maximismo utilitarista (com desconsideração ou enfraquecimento de outros valores, como igualdade, prioridade ou urgência, direitos e restrições deontológicas à busca do maior bem-estar agregado); b) viés metodológico (favorecimento excessivo a uma perspectiva individualista e de curto alcance, cega a aspectos que não o bem-estar individual e a medição de intervenções por ensaios controlados randomizados e por custo-efetividade); c) incapacidade de lidar com a estrutura política e com a dimensão institucional relacionadas à pobreza. Enquanto as dificuldades estão, de algum modo, interligadas, as duas primeiras são mais abstratas, enquanto a última, mais prática, e está mais presente no debate público e político sobre o AE, inclusive no Brasil. Acerca disto, a oposição entre ação individual de natureza filantrópica, baseada em ponderações de custo-efetividade das intervenções a apoiar, e ação coletiva de natureza política, baseada, ou em ponderações teóricas e práticas contra o sistema econômico como um todo (ponderações “anticapitalistas”), ou em ponderações econômicas e institucionais sobre o desenvolvimento humano, geralmente leva parte dos defensores do ativismo social a se oporem ao AE.

Brian Berkey (2018), reunindo literatura e manifestações de mídia contra o altruísmo eficaz, analisou a crítica institucional, para a qual haveria no AE uma negligência quanto a questões relativas à mudanças nas instituições, mudanças essas tidas como necessárias para se atacar as raízes da pobreza global, assim como, algo pior ainda, uma adoção de atitudes suficientemente pró-sistema. Ele encontrou quatro temas centrais: a) o AE toma a ordem mundial como dada, e avalia, a partir disto, como se poderia ser o mais beneficente dentro deste arcabouço; b) o AE possui uma concepção individualista dos agentes e da própria sociedade; c) o

AE não coloca em xeque – e, por fim, até endossa - mecanismos sociais ou institucionais subjacentes à organização (capitalista) mais ampla em que se gerariam e se manteriam problemas como a pobreza global; d) ao exigir que se avalie o custo-efetividade e o benefício esperado das ações que visam mudar as instituições (mudar o sistema), o AE distorce o valor de atitudes e ideias revolucionárias. Berkey sintetiza estas manifestações em duas críticas institucionais (CI) centrais:

CI 1: Há razões morais fortes para que os indivíduos direcionem seus recursos e tempo para esforços que promovam a reforma institucional, antes de direcioná-los a prover ajuda àqueles vivendo na pobreza (por exemplo, doando-os para algumas das organizações recomendadas pelos altruístas eficazes);

CI 2: Os altruístas eficazes não podem, dados os seus compromissos centrais, apoiar que os indivíduos direcionem seus recursos e/ou tempo para ao menos alguns dos esforços que promovem a mudança institucional para a qual há de fato boas razões morais para devotar tais recursos.

Estas objeções têm uma estrutura similar às que Singer vem recebendo desde a publicação de seus escritos sobre ética prática, ou seja, objeções ao utilitarismo preferencialista de atos, em geral, e às teses controversas que ele defendeu com base nele, e objeções à ética da assistência aos pobres. Nestas últimas, em especial, aquelas referentes: ao direito de cuidarmos de nós mesmos primeiro, respeitar-se direitos de propriedade e a liberdade de se fazer o que se quer com o próprio dinheiro, a aceitação de uma estratégia de triagem natural que diminua naturalmente as populações pobres através da pobreza extrema (ao invés de se interferir com ajuda internacional), rejeição do padrão de ajuda defendido, por ser este demasiado elevado e contraproducente, e, por fim, defender que os problemas sejam tratados no nível governamental (e institucional). A última objeção, algo como “deixar a cargo do governo”, é bastante comum: na versão em foco, a crítica alega que atuar com doação beneficente para organizações não-governamentais seria ruim porque substituiria a responsabilidade governamental (política e institucional) pela individual (filantrópica), induzindo os governos a abandonarem sua função própria. Respondendo a isso, além de questionar se haveria evidências de que a doação e atuação beneficentes enfraqueceriam o apelo pela ação governamental ou, antes, se não funcionariam no sentido contrário, mandando uma mensagem para as autoridades, sobre o valor do combate à pobreza por parte dos cidadãos, Singer escreveu:

Como cidadãos ativos e preocupados, devemos lutar por novos padrões de ajuda pública e privada. Devemos também trabalhar em prol de arranjos comerciais mais justos entre ricos e pobres, incluindo acabar com os subsídios que as nações ricas pagam aos seus produtores agrícolas, tornando impossível aos países pobres competir nos mercados globais. Talvez seja mais importante atuar politicamente em favor dos

interesses dos pobres do que doar recursos a eles, porém, por que não fazer ambas as coisas? Infelizmente, muitos usam a visão de que ajudar é responsabilidade governamental como uma razão contra a doação, e não como uma razão para atuar politicamente. (2011: 210)

Ele apresenta uma resposta parecida, em outros textos, e acrescentando abertura para a mudança do foco ou da intervenção que se deva apoiar, de acordo com as evidências, como, por exemplo, nessa passagem do livro *The Life You Can Save*:

Embora creia que devemos doar parcela bem maior a organizações que combatem a pobreza, mantenho a mente aberta sobre o melhor modo de acabar com a pobreza. (...) Se, após investigar as causas da pobreza mundial e qual abordagem é melhor para diminuí-la, você realmente acreditar que uma mudança mais revolucionária é necessária, então fará sentido que você coloque sua energia, seu tempo e seu dinheiro em organizações que promovam a revolução do sistema econômico global". (2009: 36)

Com isso Singer mantém um duplo desafio aos críticos, o que fazer com os recursos e tempo que individualmente temos, em relação aos muito pobres que precisam desesperadamente de recursos agora, e o que fazer de eficaz para mudar o sistema, e que seja tão ou mais custo-efetivo do que a doação beneficente. Para ele ainda é uma questão empírica em aberto se as soluções sistêmicas realmente funcionam, e quanto, ou se, caso haja pouca chance "de se realizar o tipo de revolução [que se] procura", se não seria melhor "procurar outra estratégia com melhor chance de ajudar realmente ao menos algumas pessoas pobres". (Idem). Berkey também termina seu artigo sugerindo que há ilusão na visão dos críticos sistêmicos: se as sugestões não comprometem a renda dos ativistas de classe média com algum percentual significativo, nem o tempo disponível dedicado a esforços e práticas claras e objetivas, tempo que seja também significativo, ambas as coisas avaliadas de modo similar ao uso de renda ou tempo dos membros do AE, então os críticos talvez estejam apenas interessados em se opor ao desafio da doação individual e governamental eficazes, e não em incrementar a atuação política para que se torne robusta e eficaz.

Além disso, Singer, Berkey e os altruístas eficazes podem desafiar o ativismo político tradicional como desafiam a filantropia tradicional: sem levar a sério os resultados e a ponderação do custo-efetividade, podemos estar apenas nos auto enganando e desperdiçando tempo e recursos valiosos, de forma a deixarmos de salvar ou ajudar ao menos parte de pessoas muito pobres, concretamente. Berkey conclui em seu artigo (2018) que a objeção sistêmica, então, não procede: 1) os valores do ativismo político não se sobrepõe ao valor, altruísta eficaz, da promoção do maior bem-estar, que é um fundamento ético também para os valores políticos; 2) as

teses centrais do altruísmo eficaz integram o desafio sistêmico e podem acomodar as exigências feitas pelos críticos, se, mas somente se, houver suficiente evidência de eficácia do ativismo. Um ponto importante é que, nos dois casos, não faz sentido opor um ao outro. Gabriel (2017) é mais comedido em sua conclusão: ele aceita que as objeções ao utilitarismo e à metodologia dos estudos randomizados e controlados indicam aspectos relevantes com os quais o AE pode e deve lidar melhor, para aperfeiçoar-se, mas sugere que há como se fazer isso *dentro* do arcabouço central do próprio movimento. Ele sugere, por exemplo, que quando há incerteza sobre o custo-efetividade comparativo de intervenções, então se pode integrar outros critérios, como equidade ou promoção de direitos, diminuindo-se assim o viés quantitativo, individualista e de curto prazo, presente, para os críticos, na aplicação da metodologia.

Sobre a objeção sistêmica, em particular, Gabriel (Idem) também considera que reformas institucionais são uma questão importante de dentro do AE, e não contra ele, e que, quando bem compreendidos os princípios e as aplicações, no AE, estaria havendo mais um problema de comunicação e de linguagem inapropriada (por exemplo, da *assistência para o desenvolvimento*) do que de substância (o foco é de superar eficazmente a pobreza mas também de promover o bem em qualquer instância em que isso seja custo-efetivo, incluindo novas áreas, fruto de maior conhecimento dos problemas do mundo e das intervenções que podem impactar positivamente na sua superação). Também entende que o AE e os movimentos que atuam politicamente (e possuem uma linguagem mais apropriada para a dimensão institucional, por exemplo, a da *justiça social*, mas também possui causas real ou potencialmente relacionadas à fortalecer grupos vulneráveis e fragilizados, como implantação de serviços de saúde gratuitos ou fortalecimento de mulheres expostas à violência de gênero, podem interagir e integrar-se construtivamente. Dado que há, na verdade, uma zona de incerteza, na visão de Gabriel, sobre como realmente promover o que é *o melhor*, a longo prazo, a união dos dois ideais, e maior pluralidade metodológica para se avaliar resultados seria algo mais benéfico a todos.

Há ainda uma versão mais desafiadora da crítica institucional, e que é apresentada por economistas do desenvolvimento. Jeff McMahan (2017) sugere que ela é epistemicamente mais séria e interessante, afirmando que as críticas provenientes dos filósofos e ativistas sociais se revelam mais como expressão de seu desgosto, sem que se apresente um bom argumento e também sem responsabilidades práticas. No caso dos economistas, porém, o aspecto crítico se dá no potencial ou real conflito entre as atividades das organizações e instituições globais de assistência, de um lado, e os serviços e instituições estatais locais, de outro. Haveria efeito colateral negativo de enfraquecimento ou dispersão do ativismo social local, ou seja, dos cidadãos mais esclarecidos e ativos das comunidades mais pobres, que agiriam em favor de serviços públicos e de prestação de contas pelo setor governamental. Por

fim, os economistas alertam para a relação entre ajuda global e corrupção, uma vez que o poder local normalmente é autoritário, e, com isso, corre-se o risco de manutenção dos mecanismos geradores de pobreza.¹⁰

Essas críticas, porém, são facilmente respondidas pelos defensores do AE. Um problema inicial é que os críticos não parecem perceber as diferenças entre as ações de ajuda internacional tradicionais, pouco eficazes, e de onde provém muitos dos dados usados nas críticas, e as ações e organizações endossadas atualmente pelo AE, com os respectivos dados empíricos já disponíveis e ainda em coleta. Por exemplo, os críticos não consideram -ou não visualizam- a interface, já existente, na prática, e ainda com espaço para se desenvolver, entre várias das organizações apoiadas no AE (como a *Schistosomiasis Control Initiative*, ou o *Project Health Children*¹¹, e outras) e setores estatais e sociais das populações atingidas, especialmente o setor educacional e o de saúde, para ações como o combate a parasitas em crianças pobres ou de seu fortalecimento nutricional, assim como pela transferência de tecnologias em saúde pública e produção, assim como ações de incremento direto da renda das pessoas mais pobres, especialmente o de mulheres. Essas ações não enfraquecem de modo algum o desenvolvimento local, ao contrário, elas fortalecem a população local para que se torne um agente social menos vulnerável. Novamente, poderia se repetir, o AE já incorpora tais internamente tais desafios, que são parte do movimento e da avaliação do impacto das intervenções, e não algo que o desabone. Ele esteve e está aberto a rever a priorização de causas e de organizações, mas de acordo com evidências as mais precisas disponíveis. Assim, parte da resposta do AE aos economistas do desenvolvimento se dá na forma de debate sobre a informação empírica disponível. Sobre isso, segundo Hauke Hillebrandt (2015), os dados mostram que, na verdade, a ajuda internacional foi, globalmente, boa para o desenvolvimento, e que não houve diminuição de gastos governamentais locais com saúde onde houve a atuação de organizações do tipo que o AE apoia.¹²

Peter Singer também apresentou sua resposta (2018) ao manifesto de economistas do desenvolvimento (Alkire et al. 2018) contra o que chamaram de “a moda” do custo-efetividade, dos ensaios controlados randomizados, e de micro intervenções. Ela resume bem o debate que o AE fomenta em relação à crítica institucional. Para Singer, dependendo da eficácia das propostas específicas que se possa considerar, faremos um maior bem com a doação para ajuda eficaz aos pobres, do que ao “aspirar a eliminar as raízes causais da pobreza” sem uma estratégia realista e

10. Cf. Clough 2015; Deaton 2013; Daeton 2015; Alkire et al. 2018.

11. *Schistosomiasis Control Initiative* é uma das organizações mais custo-efetivas, que faz desparasitação e trata a esquistossomose em crianças (ver: <https://www.givewell.org/charities/schistosomiasis-control-initiative>). Para o *Projeto Health Children*, que faz fortificação alimentar em conjunto com empresas e governos locais onde atua, ver: <https://www.thelifeyoucansave.org/where-to-donate/project-healthy-children>).

12. Cf. World Bank <https://bit.ly/2H8wzLH>. Veja também Chunling et al. 2010.

clara para se chegar a tal meta. Contra o que Singer vê como uma visão sombria, presente no manifesto, acerca da persistência da pobreza, Singer cita os dados atuais sobre a enorme diminuição da pobreza extrema e da mortalidade infantil, por exemplo, a partir de 1990; e contra a visão de que bilhões de dólares em ajuda (mas sem especificar um período) foram sem efeito, Singer cita os dados atuais que mostram que os valores foram de fato muito baixos, mesmo que o recurso chegasse aos mais pobres (o que também não foi totalmente o caso, segundo ele) e se chegasse na forma de intervenções eficazes (o que também não foi o caso). Já sobre os estudos de tipo controlado e randomizado, Singer concorda que eles são complexos e caros, e muitas vezes são inaplicáveis, mas, ainda assim, pede que se compare isso com o custo maior de se usar recursos sem levar em conta sua eficácia, quando ela pode ser apurada ou quando já existem evidências. Singer também nos lembra que as organizações eficazes e o AE já fazem estudos com outros recortes metodológicos e se beneficiam de dados de pesquisas acadêmicas e de grupos especializados em saúde e desenvolvimento, além dos estudos controlados randomizados.

Por fim, sobre combater as causas da pobreza e sobre as sugestões do economistas para resolvê-las (como: acesso à educação e saúde públicas, políticas coordenadas de mitigação do aquecimento global, combate aos subsídios ao setor agrícola dos países desenvolvidos, término da evasão fiscal de multinacionais e fim dos paraísos fiscais no planeta, implantação de legislação trabalhista e de controles da globalização), Singer questiona se eles estão se dirigindo aos indivíduos que querem fazer o maior bem, salvando pessoas da pobreza extrema com parte dos seus recursos, no presente, ou se estão se dirigindo aos governos e funcionários de instituições internacionais e nacionais relacionados à ajuda internacional. Provavelmente estão se dirigindo aos governos, e, neste caso, não é de análise que se precisa, mas de poder político, quando ações custam a chegar e talvez não cheguem. Assim, em razão disso, as objeções ao AE e as sugestões sistêmicas tem de ser avaliadas em propostas mais específicas, comparadas com alternativas.

3- ENGAJAMENTO POLÍTICO E DEBATE PÚBLICO: O PROBLEMA DA IRRACIONALIDADE POLÍTICA

Os conteúdos principais relacionados ao utilitarismo e ao AE se dão quase sempre no quadro da ética filosófica, entendida como o bem pensar sobre o reto agir, uma disciplina que nos ajuda: (i) a assentarmos nossas intuições morais, muitas vezes em dissonância; (ii) a pensarmos com maior racionalidade, ou seja, com maior clareza, com argumentos morais sólidos e de modo bem informado cientificamente; (iii) a desafiarmos, epistêmica e eticamente, o modo habitual de lidar com

questões práticas, especialmente no Brasil. Uma ideia central subjacente é que, em geral, tal modo habitual será contraproducente quando estiver inclinada ao irracionalismo epistêmico, ao particularismo ético e a atitudes antiliberais (à direita e à esquerda), especialmente se envolver desvalorização ou mesmo desconsideração de evidências e raciocínio científico, na tomada de decisões. O utilitarismo e o AE são, explícita e eminentemente, teorias de tipo racionalista, universalista e liberal, e as propostas para a união da ética utilitarista/AE com o ativismo político deve expressar tal compromisso.

A política e a educação são dois campos de atuação dos ativistas sociais clássicos que, ao mesmo tempo, nunca estiveram fora do radar do AE. Mesmo a simples divulgação adequada do AE, algo fundamental para qualquer movimento social, é ela mesma um modo de ativismo e uma forma de intervenção interessante quando influencia o movimento social mais amplo e os gestores governamentais a tomarem em conta as avaliações de custo-efetividade e o modelo dos estudos randomizados controlados. Por exemplo, dentre as ações de redução do sofrimento animal estudadas ao modo AE, a divulgação do problema dos animais de criação e da opção vegetariana de alimentação gera maior impacto em termos de redução de danos, do que ações relacionadas ao cuidado com animais de rua ou de laboratório, dada a grande magnitude do problema na pecuária intensiva. Ora, divulgação é uma forma de atividade educacional ou cultural, que toma tempo, esforços e recursos.¹³ Divulgar o AE ou as doações também foi defendido por Peter Singer e outros membros em razão de literatura acerca da importância e do impacto de divulgar a ideia da ajuda *per se*, como forma não tanto de tornar o movimento conhecido, mas de estimular doadores potenciais a doar, ou a aumentar o volume tradicionalmente doado, seguindo nisso resultados de pesquisas em psicologia comportamental sobre o efeito da divulgação da própria doação, na criação de uma cultura filantrópica mais robusta (cf. Singer 2019).

Um outro aspecto é que a maioria dos que conhecem e aderem ao AE são estudantes e professores, e por isso é natural que eles acoplem ao seu engajamento político ou social algum tipo de prática educativa ou de pesquisa, orientada ao AE, como são por exemplo grupos de estudos e práticas formados por estudantes, em muitas universidades do mundo. Ora, o ativismo social tradicional, feito com partidos políticos ou associações populares e sindicais (tratando de moradia, educação, saúde, problemas formação técnica, acesso à crédito etc.) sempre envolveu também numerosas reuniões, debates, palestras e a deliberação em grupos, especialmente sobre maneiras de pressionar autoridades ou setores sociais específicos, para a obtenção de serviços, bens ou direitos legais. Assim, os focos na política e na

13. Cf. os relatórios e a literatura científica que embasam a prioridade para a causa de animais de criação, e também de campanhas para redução do consumo de animais (não tão eficaz quanto se pensava, todavia), da *Animal Charity Evaluators*: <https://animalcharityevaluators.org/charity-reviews/>.

educação de ambos os tipos de movimento aparecem não tanto como alternativas ou contrapontos um ao outro, mas como duas áreas para atuação em conjunto e mútuo fortalecimento. Em termos gerais, dada a incidência que a política pode ter em termos de escala (uma decisão governamental ou uma lei pode atingir milhares ou milhões de pessoas), e dada a natureza cooperativa incitada pela ética utilitarista e pelo AE, alguma atuação e compromisso na política local, algo que pode ocorrer independentemente da doação de renda e de outros compromissos internos ao AE, parece ser não só algo bem vindo, mas algo que se espera do AE. Além disso, algum compromisso concreto em favor da criação e manutenção, ou do aperfeiçoamento, de instituições políticas locais melhores e mais eficazes, especialmente a manutenção e aperfeiçoamento da democracia constitucional e sua cultura pública baseada nos direitos humanos e na inclusão social, é algo que também se espera do AE, já que também se espera de cidadãos responsáveis.

Tal compromisso pode incluir divulgar, de maneira a tornar explícita e consciente a base ética das instituições democráticas que já possuímos, ou a própria cultura democrática e dos direitos humanos, especialmente no contexto recente de emergência de tendências antidemocráticas e de políticos e governantes populistas autoritários. Há também o problema de certa crise na relação entre a população leiga em geral, especialistas e técnicos do setor governamental e acadêmico, e as próprias instituições democráticas tradicionais, como partidos, sindicatos e organizações da sociedade civil. Seguindo Will Kymlicka (1998, 2002), podemos agrupar as dificuldades relacionadas à vida política das democracias atuais em três áreas:

[1] dificuldades de manutenção e estabilização da própria democracia (e, no caso dos países em desenvolvimento, de instituí-la de maneira mais sólida), incluindo dificuldades de relacionamento e discussão entre indivíduos e grupos organizados discordantes;

[2] dificuldades de inclusão de indivíduos e grupos historicamente marginalizados e desfavorecidos em razão de ocorrências não estritamente sociais e econômicas, como o fato de ser mulher numa sociedade marcadamente machista, negro, numa marcadamente racista, indígena ou gay numa sociedade que desvaloriza ou destrói modos de vida indígenas ou gays; e, em especial,

[3] dificuldades de gerar e educar os cidadãos que garantirão continuidade e aperfeiçoamento do regime democrático, especialmente das novas gerações, de modo que exerçam sua cidadania de modo adequado, numa comunidade política que, por um lado, conterà valores comuns e uma certa dose de homogeneidade política, mas, por outro, terá diversidade ideológica, religiosa, cultural, econômica e social.

Teorias recentes da cidadania democrática partilham a visão de que estas dificuldades não se deixam enquadrar, nem se resolvem, com as abordagens mais tradicionais da democracia liberal, baseada em direitos civis e liberdades individuais; de fato tais abordagens seriam, para alguns pensadores, parte dos problemas, já que o funcionamento ideal da sociedade se daria apenas em termos de pesos e contrapesos impessoais das instituições existentes (a separação entre os poderes, a votação periódica, a livre imprensa, uma Constituição com direitos fundamentais explícitos garantidos, garantia do livre mercado e ao mesmo tempo de algumas políticas sociais de bem estar), com a já clássica divisão de trabalho entre um setor privado, orientado para a criação de riquezas e realização e acomodação das mais variadas formas de vida e visões de mundo, e um setor público, dirigido à redistribuição equitativa de parte desta riqueza (através normalmente, de serviços públicos universais e de transferências de renda), além da igualdade de tratamento estatal diante de formas de vida e visões de mundo variadas, especialmente pela existência de instituições estatais seculares (ou seja, neutras entre as religiões e visões de mundo mais abrangentes da esfera privada).

Uma democracia assim impessoal correria o risco de se tornar, com o tempo, enfraquecida, pois seus mecanismos principais, que se supõe, atuarão de forma quase automática, ainda dependem, em última instância, de pessoas concretas que os produzam, entendam, acionem e os apoiem. Se não houver tais pessoas, o apoio a tais instituições e valores tenderá a cair ou a inexistir. As democracias recentes sofreriam com duas síndromes. Uma *síndrome do isolacionismo* geraria apatia cada vez mais generalizada em relação a assuntos comunitários, além de passividade e dependência de políticas estatais de bem-estar, levando a um declínio na participação política e na fiscalização de governos e burocracias estatais. Os cidadãos se confinariam às esferas privadas da família, do trabalho, das igrejas, clubes e atividades de interesse quase totalmente pessoal e de pequeno grupo, e, com isso, deixariam de lado a participação política e social real. Ao mesmo tempo, nos últimos anos, surgiu o que se pode chamar de *síndrome da intolerância*, que se expressa num rápido declínio do diálogo respeitoso e da civilidade de tratamento entre pessoas que divergem politicamente, com o enfraquecimento de debate construtivos e de espaços coletivos com diversidade ideológica e cultural valorizada e respeitada. Também há poucos espaços em que se debatem leis e políticas públicas à luz do que diz a Constituição e do que seria uma ética de respeito mútuo e igual entre as religiões e Igrejas. Parece haver diminuição da flexibilidade para se aceitar arranjos e concessões pragmáticas, e um aumento da agressividade e distanciamento entre cidadãos de um mesmo país.

A democracia constitucional moderna só sobreviverá aos problemas, no prognóstico dos teóricos da cidadania, se a maior parte, ou ao menos um número significativo, dos cidadãos, como indivíduos, participar ativa e virtuosamente da

política. Uma das virtudes necessárias, então, é a da simples participação política direta, em que se abre mão de tempo e recursos para ajudar a se encontrar soluções para problemas comuns, assim como se serve de exemplo e motivação para as novas gerações, para a responsabilidade cívica, de certo modo, altruísta, em que os cidadãos se preocupam com os problemas comuns e com os membros menos favorecidos da comunidade local e mais ampla. A participação propiciária, essa é a idealização, a fiscalização e a cobrança das lideranças e autoridades, e, em especial, de políticos e partidos políticos. Isso levaria, na prática, a mais reuniões em grupo, dar-se opiniões e sugestões, respeitar a opinião dos outros e ouvir com cuidado o que dizem e quem pensa diferente, respeitar e estimular opiniões contrárias, votar, acompanhar quem é eleito, seguir as notícias e conversar sobre isso com as pessoas. Infelizmente, os dados empíricos disponíveis indicam que a maioria dos cidadãos em democracias de massa ou não faz isso ou não fará isso bem, de modo respeitoso e virtuoso; quando mais participação existe de fato, há a tendência de se reforçar comportamentos corporativos e mesmo tribais (cf. Brennan 2018).

A outra virtude para cidadãos democráticos seria a da discussão pública razoável, em que se incentiva e se pratica o confronto civilizado e cooperativo de ideias e sugestões antagônicas dos mais variados tipos, antes da tomada de decisões ou de votações, que deveriam ser feitas sem manipulação e também de modo cooperativo. Tal virtude seria expressão de humildade epistêmica: não somos capazes de dominar os dados e teorias, nem sermos donos da verdade, ou capazes de prever tudo; somos limitados e precisamos uns dos outros. Também somos todos, nos regimes democráticos, cidadãos iguais, que devem ter o mesmo espaço e tempo de participação, mesmo os que têm ideias e sugestões que não apreciamos. Mas onde se aprenderia tal habilidade? Uma vez que a participação na sociedade civil não garante o desenvolvimento da responsabilidade cívica, uma resposta clássica é que tal virtude se desenvolveria nas escolas, especialmente em escolas públicas com um currículo liberal e científico, e um ambiente secular e pluralista. Novamente, tais instituições (as escolas) exigem, para operar e se manter, indivíduos concretos comprometidos, especialmente os seus professores, e, aparentemente, a formação de capacidades de discussão pública razoável nas escolas é fragmentária e limitada, e há vários problemas, no caso dos países de renda média e baixa, com a educação pública. Uma explicação, porém, para as dificuldades ou fracasso das atividades relacionadas ao engajamento político (a virtude da participação) e à deliberação pública (a virtude da discussão razoável) é que elas estão fortemente marcadas por irracionalidade política.

Segundo Michael Huemer (2016), temos divergências políticas fortes, persistentes e disseminadas, que, acopladas ao fato de que a maioria das pessoas age de modo irracional na política, indicam que temos pouca chance de resolvermos os problemas sociais, e grande chance de exacerbá-los, quando nos reunimos em gru-

pos para tal. A irracionalidade impede que a maioria de nós forme juízos corretos sobre os problemas e suas possíveis soluções. Nossas convicções políticas são em geral determinadas por simples auto interesse, pertencimento ao grupo social, desejo de manter a autoimagem, apego a manter coerência com crenças anteriores, mesmo que inadequadas. Os mecanismos usados para reforçar nossas convicções são: dar um peso enviesado para certas evidências e provas mais convenientes; dar mais atenção aos argumentos que apoiam as nossas crenças mais queridas, desconsiderando argumentos contrários; usar fontes e autoridades com as quais já se concorda e que em geral produzem evidências a favor de nossas posições atuais; apelar a afirmações altamente especulativas, subjetivas e fortuitas, apegando-se ainda mais às próprias convicções. Algo notável é que acadêmicos e estudantes tendem a piorar as coisas, ao associarem seus sofisticados recursos reflexivos ao viés político, ao contrário de pessoas leigas, mais abertas a reformar seus juízos, ou, talvez, menos capazes de racionalização. Para Huemer, a melhor explicação para esta situação é o que ele chama de irracionalidade racional, algo que tende a reforçar o ambiente de polarização extremada nada propício à solução dos problemas. Na reflexão que faço neste esboço, algo nada propício ao engajamento político eficaz, responsável e com deliberação pública razoável.

Para mitigar a irracionalidade na política, Huemer nos sugere quatro coisas: (1) tentar entender melhor a natureza da irracionalidade; (2) identificar situações em que nós mesmos somos tendenciosos e altamente parciais, e então, hesitarmos em assentir à nossas próprias convicções (como, por exemplo, nos casos: em que está em jogo nosso interesse próprio; em que vivenciamos forte carga emocional; em que nossas convicções se ajustam bem ao que se espera em nossos papéis sociais; quando já temos opiniões empíricas antes da coleta dos dados - ou opiniões que não mudam conforme os dados são coletados); (3) ajustar nossa confiança ao receber afirmações de terceiros, que, especialmente em debates políticos, provavelmente serão falsas, ou desorientadoras, ou incompletas; (4) lidar construtivamente com a irracionalidade dos outros, de modo a evitar insultos, tentar levar o interlocutor ao ceticismo quanto ao que todos de fato sabemos (ao invés de tentar sua conversão à nossa opinião, o que manifestar abertura e flexibilidade em relação às próprias opiniões, e espírito de cooperação em relação a quem discorda de nós). Huemer alerta que não sabe se tais sugestões seriam de fato bem-sucedidas, e que “parecem entrar em conflito com a prática aceita entre aqueles que podemos considerar profissionais no debate político; por outro lado, a prática aceita parece altamente malsucedida em produzir concordância (mas *parece* bem-sucedida em produzir polarização, *i.e.*, aumentar a confiança daqueles que já mantêm uma posição particular)” (Idem). Estes mecanismos de irracionalidade política jogam contra qualquer otimismo em relação à formação de uma cultura política razoável e, aparentemente, contra o avanço do

AE, do utilitarismo e da cultura científica em setores mais amplos da população em geral, no curto prazo.

REFERÊNCIAS:

ALKIRE et al. (2018). Buzzwords and tortuous impact studies won't fix a broken aid system. *The Guardian*, July. (<https://bit.ly/3k8biA0>)

BERKEY, B. (2018). The Institutional Critique of Effective Altruism. *Utilitas*, 30(2), 143-171. <https://doi.org/10.1017/S0953820817000176>.

BONELLA, A. E. (2018). Maior Bem e Equidade: Avaliando a Judicialização da Saúde no Brasil. In: DALL'AGNOL et al. 2018. *Ética Aplicada e Políticas Públicas*. Florianópolis, Editora da UFSC.

BRENNAN, J. (2017). *Contra a Democracia*. Lisboa, Gradiva.

BROOME, J. (2012). *Climate Matters, ethics in a warming world*. W. W. Norton & Company.

Chunling et al. 2010. Public financing of health in developing countries: a cross-national systematic analysis. *The Lancet*, Volume 375, Issue 9723, 1375 – 1387 [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(10\)60233-4](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(10)60233-4)

CLOUGH, E. (2015). Effective Altruism's Political Blind Spot, *Boston Review*, July, (<https://bit.ly/3ING4P2>)

DAETON, A. (2015). The Logic of Effective Altruism. *Boston Review* (July 2015), (<https://bit.ly/3lUbfZi>)

GABRIEL, I. (2017). Effective altruism and its critics. *Journal of Applied Philosophy*. 34(4), 457-473. (<https://doi.org/10.1111/japp.12176>)

HILLEBRANDT, H. (2015). Effective Altruism Continued: On Measuring. *Boston Review*, July 2015. (<https://bit.ly/31bHQBM>)

HUEMER, M. (2016). Por que as pessoas são irracionais sobre a política. *Crítica na Rede*. <https://criticanarede.com/irracionalidadepolitica.html>, consulta 28/09/2020.

JAMISON, D. T. et al. (ed.). (2006). *Disease Control Priorities in Developing Countries*. Oxford and New York, Oxford University Press.

KYMLICKA, W. (2002). *Contemporary Political Philosophy*. New York/Oxford, Oxford University Press.

_____. (2016). Cidadania. *Crítica na Rede*. (https://criticanarede.com/leit_cidadania.html)

ORD, T. (2013). The Moral Imperative of Cost-Effectiveness in Global Health. In: *Centre for Global Development Essay*. (<https://bit.ly/31gMVJg>)

SINGER, P. (2009). *The Life You Can Save*. New York, Random House.

_____. (2019). *The Life You Can Save*. New York, Random House.

_____. (2011). *Practical Ethics*. Cambridge. Cambridge University Press.

_____. (2015). *The Most Good You Can Do: How Effective Altruism is changing ideas about living ethically*. New Haven, & London, Yale University Press.

_____. (2018). Is Charity for the Poor futile? In: *Project Syndicate*. (<https://bit.ly/2SXEM7Z>)